



Número: **0001087-57.2019.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **31/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.049,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIAS HENRIQUE DA SILVA LIMA (AUTOR)		JOSE ROBERTO SIMOES DE BARROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46048 233	31/05/2019 16:12	Petição Inicial	Petição Inicial
46048 237	31/05/2019 16:12	AÇÃO ELIAS DPVAT	Petição em PDF
46048 239	31/05/2019 16:12	RECEITA	Documento de Comprovação
46048 243	31/05/2019 16:12	CARTEIRA DE HABILITAÇÃO	Documento de Identificação
46048 245	31/05/2019 16:12	COMPROVAÇÃO SINISTRO	Documento de Comprovação
46048 247	31/05/2019 16:12	CTPS 1	Documento de Identificação
46048 248	31/05/2019 16:12	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
46048 250	31/05/2019 16:12	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação
46048 251	31/05/2019 16:12	PROCURAÇÃO DPVAT	Procuração
46268 507	07/06/2019 13:00	Despacho	Despacho
46687 350	14/06/2019 10:41	Certidão	Certidão
46687 355	14/06/2019 10:41	comprovante de citação	Documento de Comprovação

PETIÇÃO INICIAL



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA _ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SERRA TALHADA-PE.**

ELIAS HENRIQUE DA SILVA LIMA, brasileiro, solteiro, cobrador, RG nº 9.663.764/SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 120.332.174-00, residente na Rua Onze, nº1271, Bairro: Alto Bom Jesus, Serra Talhada-PE, CEP 56.900-000, não possui endereço eletrônico, por meio do seu advogado, procuração em anexo, vem mui respeitosamente à presença da Vossa Excelência, com fundamentos legais expressos na **Lei nº6. 194, de 19 de Dezembro de 1974, propor a seguir:**

AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO.

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ (Cadastro nacional de pessoas jurídicas) sob nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205, pelas razões que possa expor.

PRELIMINARMENTE

CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E DA JUSTIÇA GRATUITA.

O autor faz jus à assistência Jurídica Integral e Gratuita, bem como à justiça gratuita, pois não dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem comprometer o seu sustento e da sua própria família, como podemos extrair da Lei de nº 1.060/50. Podemos extrair no seu artigo 1º, *In verbis*:

“Art. 1º. Os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente lei”.
(Grifo nosso)

Quanto ao dever de conceder assistência jurídica gratuita, reza a CF/88, *In verbis*:



“Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXIV- O estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

(...)” (Grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, são os ditames do artigo 98 do novo Código de Processo Civil, quanto à justiça gratuita:

“Art.98 A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar às custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

[...]” (Grifo nosso)

DOS FATOS

No dia **30/05/2017**, o requerente aqui qualificado, seguia pela Rodovia BR-232, no sentido Custódia-PE/ Serra Talhada na motocicleta HONDA/CG 125, PLACA-KFI9384, sendo o condutor Elias Henrique da Silva Lima, logo após passar da Polícia Rodoviária Federal, a vítima colidiu com um animal (Boi) que estava no meio da rodovia, perdendo o controle e caindo logo em seguida, vindo a ser socorrido para o Hospital Professor Agamenon Magalhães desta cidade, pela testemunha em tela: Marinalva Benicio Bezerra, casada, profissão: Comerciante. Dando entrada às 09h20min, segundo o Boletim de Emergência nº 51, queixando-se de fortes dores, limitações funcionais, ficando aos cuidados do médico plantonista Dr. Ênio K. de Carvalho, observando a gravidade do quadro, foi solicitado Exames de Raios/ X, para confirmação do quadro diagnóstico com a seguinte lesão: **FRATURA DE ARCO COSTAL E CONTUSÃO DE MAXILAR.**



Em consequência, do trauma sofrido e as fortes dores advindas dele, a vítima ficou aproximadamente uma semana afastado do seu campo de trabalho, procrastinando o seu sofrimento, por se tratar de uma família hipossuficiente de recursos financeiros. As atividades simples do cotidiano passaram a ser algo doloroso, causando constrangimentos e um profundo trauma psicológico, afetando, sobretudo seus membros familiares e a dignidade humana dos mesmos. Conforme o relato evidenciado fica-se expresso o direito do requerente intentar administrativamente à Seguradora Líder-DPVAT a indenização na modalidade Invalidez, tendo enviado à Seguradora os formulários devidamente preenchidos e os documentos necessários para a confirmação do ato (Acidente) ocorrido e a gravidade da lesão (**FRATURA DE ARCO COSTAL E CONTUSÃO DE MAXILAR**), como o boletim de ocorrência Policial Rodoviária Federal nº 17044607B01, boletim de emergência do Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães nº 51, que estabelece o diagnóstico da vítima, como também indica o estado civil da requerente “Solteiro”, documentos de identificação pessoal (RG, CPF), comprovante de residência e comprovante de dados bancários, são provas documentais que endossa o direito legalmente previsto na Lei 6.194/74, que assegura o ato de indenização decorrente de acidente de trânsito, ocasionado por veículos automotores. A vítima teve o seu pedido atuado com o número do Sinistro: 3170504754. O requerente certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua Invalidez, a parte autora até os dias atuais aguarda a resposta da ré, sem obter nenhuma confirmação favorável, postergando o seu sofrimento e evidenciando a falta de respeito da Seguradora Líder-DPVAT.

DO DIREITO

DA LEGALIDADE PASSIVA DO DPVAT

Em conformidade com o art. 3º da **Lei nº6. 194** que disciplinar a responsabilidade Civil da Seguradora Líder quanto aos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, compreendendo as indenizações por morte, invalidez e despesas de assistência médica e suplementar. *In Verbis*:



“Art. 3º “Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoas vitimadas”.

I- R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais) - no caso de morte;

II- Até R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais) – no caso de invalidez permanente;

III- Até R\$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Reais) – como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;” (Grifo nosso)

Logo, os documentos anexados nesta petição inicial (boletim de ocorrência policial nº17044607B01, boletim de emergência hospitalar de número 51) provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito e a gravidade da fratura (Invalidez) ocorrida, como também o sofrimento da vítima que se lamuriava de fortes dores, limitações funcionais.

Dessa forma, estabelece aqui o direito fundamental no Art.3º, Inc. I desta Lei, fazendo jus à parte autora o recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º, como podemos expor a seguir:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”
(Grifo nosso)

Portanto, a lei que assegura e disciplina o pagamento de indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, estabelece no art. 5º, inciso 1º **que “A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos documentos”** que já foram supracitados anteriormente.



Deveras, a requerida não efetuou o pagamento dentro do prazo estabelecido em lei de (30 dias), mesmo com a documentação e formulários precisos e obrigações que lhe incumbia para a efetivação da pecúnia. Evidenciando o descumprimento da lei 6.194/74 por parte da Seguradora Líder, que já deveria ter proferido o reconhecimento do grau da invalidez sofrida pela vítima de acordo com sua proporção, assim assegurando o direito líquido e certo da requeute. Usaremos como base a **súmula 474** do Supremo Tribunal de Justiça: **“A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será pago de forma proporcional ao grau da invalidez”**. Utilizaremos como escopo a jurisprudência que a seguir, que retrata em seus autos a necessidade do reconhecimento da invalidez de acordo com sua gravidade e proporcionalidade.

DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE LAUDO PERICIAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PROPORCIONAL AO GRAU DA PERDA ANATÔMICA OU FUNCIONAL. ARTIGO 3.º, § 1º, INCISO II DA LEI 6.194/74. 1. Enuncia a Súmula 474 do STJ que "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". 2. De acordo com o inciso II do § 1.º do art. 3.º da Lei n.º 6.194/74, "quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais". 3. Segundo a tabela anexa à Lei n.º 6.194/74 (art. 3.º), em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos"ou"perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores", o valor corresponde a 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resultando em R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). 4. No caso dos autos, de acordo com o laudo médico pericial (fls. 96/97), o acidente sofrido pelo recorrido resultou em debilidade permanente parcial incompleta no percentual de 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Portanto, o quantum devido é de 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), feitos os devidos descontos referente a gradação (50%), tem-se o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), valor, este, pago administrativamente. 5. Recurso conhecido e não provido. 6. Sentença mantida. A C O R D A a Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, confirmando a sentença de primeiro grau, nos termos do voto do relator. (Grifo nosso)



(TJ-CE - APL: 08880884820148060001 CE 0888088-48.2014.8.06.0001, Relator: MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHAES-PORT 606/2017, 2ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2017).

Neste diapasão, tendo em vista que a requerente cumpriu com todos os requisitos estabelecidos, para o recebimento do Seguro- DPVAT obrigatório faz-se necessário que a Vossa Excelência determine à requerida o pagamento referente à lesão sofrida pelo ato danoso, para que por memores o mesmo possa restaurar suas perdas.

PEDIDOS

Diante todo o exposto, requer a vossa excelência:

- a) O recebimento e processamento da demanda;
- b) A citação da requerida no endereço informado, para querendo dentro do prazo legal, sob pena de revelia e confissão, nos termos do art.335 do NCPC;
- c) Que seja designada audiência de conciliação nos termos do art.334 do NCPC;
- d) A concessão dos benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, bem como à justiça gratuita, conforme estabelecido no artigo 5º, inciso LXXIV da CF/1988 e artigo 98 e seguintes do novo código de Processo Civil de 2002.
- e) Que a requerida seja condenada a **pagar indenização no valor de 4.049,00 (Quatro Mil Reais e Quarenta e Nove Centavos) decorrente da gravidade da lesão sofrida (FRATURA DE ARCO COSTAL E CONTUSÃO DE MAXILAR)**, com fulcro **nos art.3º, 5º da Lei 6.194/74 e a súmula 474 do Supremo Tribunal de Justiça**, que assegura o valor de indenizar proporcional ao dano sofrido;
- f) Que a parte ré seja condenada a pagar os honorários advocatícios no percentual de 10% OU 20% do valor da causa, com base legal no art.85 do NCPC, bem como os custos processuais;

Protesta provar por meios legais admitidos em direito.



Dá se à causa o valor de R\$ 4.049,00 (quatro mil e quarenta e nove reais) para fins de efeitos jurídico e fiscal.

Nestes termos,
Pede deferimento .

Serra Talhada-PE, 17 de Abril de 2019.

JOSÉ ROBERTO SIMÕES DE BARROS
OAB/PE nº 46.901

Estagiária: **MARIA ELAINE DO NASCIMENTO HONORIO.**

